

Para o empresário, Figueiredo deve gerir a dívida.

Uma saída para resolver nossos problemas com o Exterior: que a "pessoa física" do presidente João Figueiredo passe a gerir a dívida externa do País, buscando diretamente com os credores uma ampla renegociação, com ampliação dos prazos de carência e amortização tanto do principal como do serviço da dívida.

A sugestão foi feita ontem, em Porto Alegre, pelo vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) Paulo Vellinho. Ele entende que as normas de economia interna ditadas pelo Fundo Monetário Internacional são "muito frias" e que a persistência dessas diretrizes pode levar o País a uma "convulsão social".

O presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, César Rogério Valente, apoiou imediatamente a idéia, dizendo que, até aqui, a dívida vem sendo administrada por "tecnocratas dissociados da realidade brasileira" e que, se o Brasil perdeu uma boa oportunidade de mudar os métodos de negociação quando o presidente Figueiredo fez seu pronunciamento na Organização das Nações Unidas, no ano passado, deve procurar criar outra oportunidade que possibilite a ope-

racionalização da sugestão de Paulo Vellinho.

O governador gaúcho Jair Soares — também presente ao III Encontro Brasileiro e I Encontro Sul-Americano de Administradores, que se realizam em Porto Alegre — disse que as negociações já estão deixando o País "em agonia", pela sua demora, e defendeu o alongamento de prazos de pagamento. Já o governador Esperidião Amin, de Santa Catarina, argumentou que pagar a dívida brasileira em cinco ou seis anos, como está contratado, é "inviável", e considera a renegociação "inevitável". Já o governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, do PMDB, pregou a necessidade da moratória.

"Pagamos mil vezes"

Em Campinas, o economista Ferdinando de Oliveira Figueiredo, da Unicamp, ao comentar ontem que "de nada adianta o Conselho Monetário Nacional fixar novas metas para o último trimestre do ano", afirmou: "O Brasil jamais vai conseguir pagar sua dívida externa. Ou se hipoteca o País, o que é inadmissível, ou não pagamos".

Segundo Ferdinando Figueiredo, "já saldamos essa dívida mil vezes, através dos juros, que são

pagamentos financeiros em cima de empréstimos que se renovam na ocasião de cada resgate. Os juros de hoje já se equivalem a nossas importações e não podemos ficar sem eles. Se isso acontecer, o País vai quebrar e aí sim será o pedido explícito de moratória, porque implicitamente ele já foi feito".

Em Nova York, o deputado federal Rubem Medina, do PDS do Rio, debateu ontem a crise brasileira com a cúpula do Citibank, incluindo o presidente do Comitê de Crédito Internacional e o vice-presidente para a área da América Latina, num diálogo que classificou de "franco, informal e construtivo". Anteontem, numa palestra na Universidade John Hopkins, Medina afirmou que a situação fiscal brasileira merece, do governo de Ronald Reagan, "uma atenção igual à que está sendo dada à Nicarágua".

"O peso de uma dívida externa de 90 bilhões de dólares não só ameaça a estabilidade do Brasil como também a democracia latino-americana, e ainda a estrutura do sistema financeiro internacional", disse Medina, advertindo, entretanto, que a dívida do Brasil não pode ser resolvida com métodos econômicos: "Não há outra solução, a não ser a política".